



INFINITUM
ISSN: 2595-9549

Vol. 8, n. 18, 2025, 1 - 30

DOI: <https://doi.org/10.18764/2595-9549v8n18e27351>

A POLÍTICA COMO NEGÓCIO DE FAMÍLIA¹: Arranjos familiares e nepotismo na trajetória das famílias Magalhães e Richa

Cátia Cilene Farago

Instituição: IF Baiano – Campus Santa Inês

E-mail: catia.farago@ifbaiano.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5775-9611>

Carlos Magno Augusto Sampaio

Instituição: IF Baiano – Campus Santa Inês

E-mail: carlos.sampaio@ifbaiano.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5597-3200>

Resumo: A pesquisa buscou, a partir de *scripts* localizados nas trajetórias das famílias políticas de Antônio Carlos Magalhães e José Richa, evidenciar os arranjos entre o poder político e as estruturas familiares. As famílias Magalhães na Bahia e Richa no Paraná, reuniram e acumularam principalmente capitais econômicos e político-familiar para manutenção do poder nas e entre as famílias políticas. Dessa forma, a partir do método genealógico e dos relatos de vida de Bertaux (2020), busca-se compreender a lógica que movimenta e orienta o campo político, marcado pela presença de famílias políticas. Os descendentes destas famílias políticas, recorrem ao capital político-familiar herdado, frente aos contextos políticos desfavoráveis ou aderem às regras do jogo institucional. E, com auxílio de Oliveira (2007; 2012) sobre o nepotismo e a sua perpetuação nas diversas esferas de poder, podemos perceber como as relações de parentesco são essenciais no atual modelo político e podem elucidar muitas das relações que as caracterizam.

Palavras-chave: Arranjos familiares. Nepotismo. Movimentos Sociais. Relatos de Vida.

POLITICS AS A FAMILY BUSINESS:

¹ MONTEIRO (2016), apresenta “A política como negócio de família: para uma sociologia política das elites e do poder político”, o que com certeza influenciou nossa percepção.



Family arrangements and nepotism in the history of the Magalhães and Richa families

Abstract: The research sought, based on scripts located in the trajectories of the political families of Antônio Carlos Magalhães and José Richa, to highlight the arrangements between political power and family structures. The Magalhães families in Bahia and Richa in Paraná, gathered and accumulated mainly economic and political-family capital to maintain power in and between political families. Thus, based on the genealogical method and the life stories of Bertaux (2020), we seek to understand the logic that moves and guides the political field, marked by the presence of political families. The descendants of these political families resort to inherited political-family capital, when faced with unfavorable political contexts or adhere to the rules of the institutional game. Thus, with the help of Oliveira (2007; 2012) on nepotism and its perpetuation in the various spheres of power, we can see how kinship relations are essential in the current political model and can elucidate many of the relationships that characterize them.

Keywords: Family arrangements. Nepotism. Social movements. Life stories

LA POLÍTICA COMO EMPRESA FAMILIAR: Arreglos familiares y nepotismo en la trayectoria de las familias Magalhães y Richa

Resumen: La investigación buscó, a partir de guiones ubicados en las trayectorias de las familias políticas de Antônio Carlos Magalhães y José Richa, resaltar los arreglos entre poder político y estructuras familiares. Las familias Magalhães en Bahía y las familias Richa en Paraná, principalmente reunieron y acumularon capital económico y político-familiar para mantener el poder dentro y entre las familias políticas. De esta manera, a partir del método genealógico y las historias de vida de Bertaux (2020), buscamos comprender la lógica que mueve y orienta el campo político, signado por la presencia de familias políticas. Los descendientes de estas familias políticas recurren al capital político-familiar heredado, ante contextos políticos desfavorables o se adhieren a las reglas del juego institucional. De esta manera, con la ayuda de Oliveira (2007; 2012) sobre el nepotismo y su perpetuación en las distintas esferas del poder, podemos ver cómo las relaciones de parentesco son esenciales en el modelo político actual y podemos dilucidar muchas de las relaciones que las caracterizan.

Palabras clave: Arreglos familiares. Nepotismo. Movimientos Sociales. Historias de vida.

INTRODUÇÃO



O artigo² apresenta uma síntese do terreno já preparado por ACM e José Richa, situando o campo político ora como continuidade ou renovação do “carlismo” e “richismo³” que marcarão as trajetórias políticas dos herdeiros: ACM Neto e Beto Richa. Na Bahia, as eleições de 1998 consolidam o protagonismo do PT como partido de oposição ao carlismo. Bem como, o efeito das eleições de Lula (2003) no cenário nacional, repercute em estratégias eleitorais e clivagens em solo baiano que trazem para o governo Lula a baianidade. No Paraná, o terreno se forja no grupo político liderado por Ney Braga, típico representante e operador político nepótico, produto das velhas famílias tradicionais da política paranaense. Nesse cenário, o herdeiro Beto Richa simboliza o novo nepotismo paranaense.

A PREPARAÇÃO DO TERRENO PARA ACM NETO

A vida política de Antônio Carlos Magalhães⁴ se inicia com o apoio do ex-governador Juracy Magalhães⁵ durante a democracia pós-45. Desde muito jovem, dezoito anos, assistia às sessões da Constituinte, sua vida parlamentar teve início no ano de 1954, quando foi eleito pela União Democrática Nacional (UDN) a Deputado Estadual. Em 1959 e 1963 exerceu os mandatos de Deputado Federal.

No Ginásio da Bahia participou da eleição para a direção do grêmio, presságio na vida estudantil, que perdura no curso da Faculdade de Medicina, influência do pai⁶.

² O artigo é parte da pesquisa de Tese de Doutorado defendida em 2023 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR, sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Costa Oliveira.

³ Oliveira (2012).

⁴ Nasceu em 4/09/1927, filho de Helena Celestino de Magalhães e Francisco Peixoto de Magalhães Neto.

⁵ Tenente Juracy Magalhães, interventor nomeado pela Revolução de 1930 na Bahia. “[Revolução de 30] Por aqui chegou na ponta das baionetas dos Tenentes Juracy Magalhães e Agildo Barata. Ficou sob a custódia do primeiro a contragosto da oligarquia local. O interventor era ainda muito ‘jovem’, ‘militar’ e ‘forasteiro’. Três defeitos irreparáveis para que o insigne tenente cearense se arvorasse a chefe político local, diante de vestais da oligarquia baiana como J.J. Seabra, Simões Filho, Pedro Lago, Góes Calmon e Otávio Mangabeira” (Pinheiro, 1999, p. 65). Compartilha também desta visão Dantas Neto (2006).

⁶ Seu pai, Francisco Peixoto de Magalhães Neto (1897-1969), foi médico, professor universitário (UFBA), exerceu importantes cargos na Administração estadual: diretor Geral da saúde pública e secretário de

Ao final, além de médico tornou-se também jornalista sindicalizado, inclusive Odorico Tavares, diretor dos Associados fora seu amigo, tornando-o aos poucos, durante a legislatura de 1954, informante e conselheiro de deputados. O pai político legou-lhe duas amizades estratégicas: Juracy Magalhães e Juscelino Kubitscheck. Cid Teixeira ao falar da relação de Juracy Magalhães e ACM, apud Dantas Neto, 2006, p. 99, afirma que ACM “herdou tudo, muito mais do que os meninos Jutahy ou Juracy Jr.(...) o mando, o exercício da liderança, o querer, o afirmativo, (...) e uma presença muito forte que é o Reitor Edgard Santos”.

Dantas Neto (2006, p.100), alega que “a passagem e a carreira médica se resumem a um breve emprego no Serviço Público do Estado da Bahia”. Médico em 1952, tornou-se professor na faculdade onde o pai era catedrático. Esclarece que apesar de professor assistente (cargo que conservou durante sua vida política e no qual se aposentou, valendo-se do recurso de contar tempo em outros cargos públicos). Comenta-se na Bahia, que ACM jamais teria dado uma aula, o que ele diz ser um exagero: “Eu já dei muitas aulas, mas não dei os 35 anos que seriam justos” (Magalhães, 1995, p. 243), frisando, que o valor da aposentadoria era, em 1995, R\$280,00 reais. Sua *home page*, quando ainda senador, trazia informação, não confirmada em outras fontes, de que chegou a professor adjunto da UFBA⁷.

A carreira política inicia em 1955 como Deputado Estadual pela UDN, eleito Deputado Federal em 1958, reeleito em 1962, pela UDN, e em 1966 via ARENA, como o segundo candidato mais votado. Pereira (2017) rebate a ideia que ACM fora um político “criado” pelo Regime Militar, pois antes de ser indicado à prefeitura de Salvador pelos militares, cumpriu dois mandatos eletivos com destaque no cenário

Estado da saúde. Foi Deputado Federal, membro da academia de letras da Bahia (cadeira de n. 8 cujo patrono é Cipriano Barata). Ver: Loureiro de Souza, Antônio. *Baianos Ilustres*. Salvador, 1973; Novis, Jorge Augusto de Magalhães. Sinopse informativa. Universidade Federal de Medicina da Bahia, Vol. II, n. 11. Outubro. Salvador, 1978; Sá Oliveira, Eduardo de. *Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia*, ano de 1942. Salvador, 1992. Pronunciamento em homenagem ao centenário do nascimento do pai do Presidente do Senado da República - ACM, de 26/06/1997 pelo Senador Élcio Tavares (PFL/ES).
⁷ Ver Dantas Neto (2006, p.492).

político local, exercendo a presidência da UDN e da ARENA. Dantas Neto e Pereira (2017) destacam que “Antônio Carlos já era antes de 1962 e 1966, um quadro político que atraía votos de opinião, de modo especial em Salvador, onde disputou com o ex-prefeito Heitor Dias a condição de arenista mais votado para a câmara” (2006, p. 188).

Dias (2016), vê a fase embrionária do carlismo na sua participação nas tramas pré-golpe 64. Como Deputado Federal, ACM atuou como âncora parlamentar da bancada baiana semeando ideias anticomunistas e conspirando contra o Governo João Goulart. Empenhou-se na formação da diretoria regional da ARENA para atender aos reclames da reforma partidária no ano seguinte, essa é a fase embrionária do carlismo e afirmação da liderança política de ACM. Em 13/01/1967 licenciou-se da Câmara para assumir o cargo de prefeito de Salvador nomeado pelo governador Luiz Viana Filho⁸. Para Dantas Neto, “seu mandato de prefeito, já era visível uma forte ênfase na sua imagem como político de estilo arrojado, empreendedor e modernizante, símbolos que marcam a construção da sua imagem como líder carismático” (2006, p. 474).

Eleito governador do Estado da Bahia em 1970, via indireta, conduziu a modernização capitalista da cidade desbloqueando a estrutura fundiária pré-capitalista e dando vida aos principais vetores de expansão urbana da Salvador moderna, como demonstrou Zanirato (2007). Por conta desse feito ACM recebeu da Câmara de Salvador o diploma de “Prefeito do Século”, sua administração contribuiu para a indicação pelo presidente militar com apoio da ARENA baiana, a eleição indireta para o governo do Estado da Bahia para o período de 1971-1975. Nesse período, concentrou-se na necessidade de modernização econômica, voltando sua atenção à indústria, mineração e a área energética, setores estratégicos instrumentais ao fortalecimento da indústria (Pereira, 2017). Durante seu primeiro mandato como

⁸ A partir do 1º governo (1971-1974), Antônio Carlos Magalhães, se impõe aos demais como a única liderança do Estado, inclusive sobre Luiz Viana Filho que o antecedeu e o indicara para sucedê-lo. A oligarquia se identifica com o governo estadual e este com o federal, mais uma vez se revive a “política dos governadores” da primeira república. O poder local estava resguardado pelo poder central.

governador da Bahia, ACM configurou as principais características carlista: alinhamento com a política nacional como condutor local da modernização conservadora, associação entre as gramáticas políticas tradicionais e modernas, autoritarismo instrumental⁹, centralização, controle da oposição e dos partidos governamentais e discurso carismático/personalista. Nesse governo de ACM a Bahia teve importantes conquistas para o desenvolvimento econômico do Estado: implantação do Polo Petroquímico na Bahia desbancando os paulistas, e do Centro Industrial de Aratu. Pereira (2007) destaca que, ao terminar seu governo, ACM amargou duas derrotas: a venda do Banco da Bahia ao Bradesco em 1973 e o insucesso em 1974 na indicação do seu sucessor, impedida pelos demais grupos arenistas que levou Roberto Santos ao governo para o período de 1975-1979.

Ainda, em 1975-1979 é nomeado pelo então presidente Ernesto Geisel para o cargo de Presidente da Eletrobrás e membro do Conselho de Administração da Itaipu Binacional até 1979. ACM Presidente da Eletrobrás representou a consolidação de sua política baiano-nacional, Dantas Neto (2006) acredita ser nesse período que ACM faz suas primeiras incursões na burocracia central do Estado brasileiro e estabelece importantes relações com segmentos do empresariado nacional.

Em 1979 foi reeleito governador pelo colégio eleitoral exercendo mandato até 1982. Esse segundo mandato é marcado pela utilização do poder que lhe fora concedido por um acordo interno celebrado na ARENA baiana para “anular” os grupos rivais e confirmar a consolidação da dominação carlista. Ao final do mandato

⁹ Santos, (1998, p. 45-46, apud Pereira, 2017, p. 9), distingue os tipos de autoritarismo que influenciaram as opções políticas no Brasil. O autoritarismo instrumental caracterizado por uma atitude em favor do uso pragmático dos mecanismos institucionais autoritários, como meio provisório e necessário, para realização de certos objetivos, em geral econômicos. Os autoritários instrumentais: creem que a sociedade não apresenta uma forma natural desenvolvimento, seguindo antes os caminhos definidos e orientados pelos tomadores de decisão, é legítimo e adequado que o Estado regule e administre amplamente a vida social. O exercício autoritário do poder é a maneira mais rápida de se conseguir edificar uma sociedade liberal, após o que o caráter autoritário do Estado pode ser questionado e abolido. A percepção do autoritarismo como um formato político transitório estabelece a linha divisória entre o autoritarismo instrumental e as outras propostas políticas não democráticas.

elege seu sucessor, que seria Clériston Andrade não fosse sua morte trágica em acidente de avião. ACM lança então o ex-prefeito de Feira de Santana João Durval Carneiro que se elege (eleições diretas) derrotando o ex-governador Roberto Santos, candidato do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

De 1985 a 1990, foi indicado Ministro das Comunicações pelo então presidente Tancredo Neves e confirmado pelo sucessor José Sarney. Em eleições diretas, é eleito governador da Bahia em 1990, mesmo período que Lídice da Mata foi eleita chefe do executivo da capital baiana (1993-1996) e sofre perseguições políticas por ACM. Ao ser eleita prefeita¹⁰, Lídice procurou ACM para se apresentar pois pretendia ter uma relação respeitosa com ele. Deste encontro Lídice atribuiu a razão desta perseguição: a disposição de ACM ascender ao governo do Estado da Bahia, Luís Eduardo seu filho, como declarou em entrevista ao ex-político e jornalista Mário Kertész¹¹.

ACM foi eleito Senador (1994) e ocupou a Presidência do Senado pelo Partido da Frente Liberal (PFL). Como governador, ACM pôde construir uma corrente política suprapartidária, sob a sua chefia. Durante os momentos mais duros do Regime Militar, a lógica de atuação da classe política baiana continuava a ser regional. O fato de o Regime Militar não ter conseguido alterar a lógica oligárquica da política baiana, permitiu ao Deputado Magalhães (pois sua experiência fora, até 1966, no Legislativo) a formação de um grupo político a partir do controle do Executivo estadual, transformando-o numa catapulta com vistas à expansão de poder. Almeida (1999 apud, Dantas Neto, 2006, p. 101), defende a ideia de que a trajetória de ACM em sua fase inicial é marcada por uma cultura política beneficiada por aspectos residuais de

¹⁰ Desde o primeiro mandato para prefeito em Salvador (1893), a capital baiana já contou com 70 mandatos de prefeitos, sendo Lídice da Mata (1993-1996) a única prefeita em toda sua história.

¹¹ Mata, Lídice. Portal Metro 1 – Rádio Metrôpole. Na linha com Mário Kertész e Jornal da Metrôpole no ar – Lídice da Mata 04/11/2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T8PypRshqr0&t=6s>, Acesso em 06 jun. 2020.

“coronelismo”, de cultivo de “amizades de resultado”¹². ACM é político de origem urbana, suas falas são caracterizadas pelo moralismo udenista e mescla-se com um “apelo modernizante e desenvolvimentista”, que incluía jargões e símbolos populistas. Os vínculos de ACM com áreas de tradição coronelística lhe foram outorgados, neste início da sua trajetória, “por mediação de chefes acima dele e não por relação direta e pessoal com redutos coronelísticos”, este ocorreu mais tarde quando ACM passa a ocupar posição de mando, “sendo essa relação um desdobramento e não uma condição da sua ascensão política” (Dantas Neto, 2006, p.101).

Dantas Neto (2006), defende o argumento de que o *script* na Bahia a partir de 1954 era o da consolidação da Revolução de 1930. Os quadros políticos que emergiram daquele contexto com chances de êxito foram os que regularam a sua prática de acordo com aquele influxo modernizante. Perderam espaço ou pereceram os que atrelaram sua conduta a uma sociedade tradicional. Venceu quem preconizou planejamento econômico, indústria, reforma urbana, cultura de massas; perdeu quem se aferrou ao improvisado, ao mundo agrário, práticas rentistas e imaginário de elite letrada, mas provinciana. ACM foi a escolha da elite baiana para implementar a modernização na Bahia.

Pereira (2017, p. 12), compreende que a “aquisição em 1987 da TV Bahia, inaugurada em 1985 por sua família, e com isso o direito de retransmitir a programação da Rede Globo de Televisão, que veio a tornar-se a emissora líder de audiência no Estado”, não foi a única estratégia adaptativa de ACM para dar continuidade no poder no regime democrático, sobretudo entre 1991-1995. Outra estratégia política adotada por ACM foi o respeito às regras do jogo democrático, o cumprimento das obrigações constitucionais e defesa do uso da força da lei igualmente para todos. Sua “relação com

¹² Para Almeida (1999, p. 59 apud, Dantas Neto, 2006, p. 105), a “amizade de resultados pode ser caracterizada como uma forma relacional” de praticar política, algo próximo, senão mesmo derivado, da interpretação da malandragem empreendida por Roberto DaMatta.

seus opositores não tinha a prática de estabelecer diálogos ou construir consensos, mantendo seus arroubos autoritários e seguiu praticando coação e cooptação de atores sociais e políticos de oposição” (Pereira, 2017, p. 13). No contexto democrático o carlismo se tornou novamente predominante na Bahia mantendo suas características centrais: prestígio eleitoral, recursos extra eleitorais, aura de infalibilidade e onipotência (Dantas Neto, 2003). ACM não aciona mais o desenvolvimentismo, mas a ênfase nos ajustes fiscais mantendo-se em sintonia com as tendências neoliberais, enxugamento da máquina do Estado, preocupação com que a Bahia tivesse credibilidade junto aos organismos internacionais, crítica à inflação e a ênfase no Brasil conquistar estabilidade econômica (Pereira, 2017).

Em 1994, ACM elegeu seu sucessor Paulo Souto em consonância com o governo federal de Fernando Henrique Cardoso. O carlismo passou por uma expansão sob o comando de ACM e de Luís Eduardo Magalhães, eleito Deputado Federal três vezes. Líder do governo FHC no Congresso, se firma como liderança em função de sua interlocução com o governo federal. Seu caminho estava traçado: seria candidato a governador da Bahia em 1998 e provável pré-candidato à sucessão de FHC em 2002. Sua morte prematura¹³ em 1998 freou o carlismo na Bahia, o grupo perdeu seu principal articulador nacional. Pereira (2017, p. 14) e Dantas Neto (2006), consideram o sucesso de Paulo Souto por César Borges o início da administração da crise do carlismo. Projeta-se, então, seu neto Antônio Carlos Magalhães Neto (19 anos) para herdar a carreira do tio¹⁴.

Para Dantas Neto (2006) junto com a morte de Luís Eduardo, a conduta pouco virtuosa de ACM marca a erosão arrematada pelos atos antirrepublicanos como o do Senado em 2001¹⁵, culminando na renúncia de seu mandato a fim de preservar seus

¹³ Luís E. Magalhães, morreu em 1998, para Dias (2011) esta foi uma das mortes políticas de ACM.

¹⁴ Folha de São Paulo, Caderno Eleições, p. 6, 30/09/1998.

¹⁵ Ver: ISTOÉ, Edição nº 1668 de 19/09/2001. Disponível em: https://istoe.com.br/41219_DESTINO+SELADO. Acessado em 07/05/2022; ISTOÉ, Coluna Brasil, Edição nº 1565 de 29/09/1999. Disponível em: https://istoe.com.br/38358_MALVADEZA+TEM+LIMITE/.



direitos políticos. Assume seu filho e suplente Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Júnior¹⁶ empresário e professor universitário que exerceu o cargo até 31/01/2011 quando terminava a 53ª Legislatura para a qual ACM fora reeleito em 2001. ACM levantava com empenho a cruzada anticorrupção, antipobreza e antinepotismo.

Além das situações no mínimo escandalosas e nada republicanas, na Bahia entra em crise a aliança eleitoral de mais de 8 anos com o PSDB onde ACM foi preterido pelo PMDB na chapa da eleição presidencial para 2002, além da perda de espaço dentro do PFL. Uma série de fatores são aventados: rompimento do PMDB; defecção de deputados; confronto com o movimento estudantil; greve radical das polícias estaduais; oposição de A Tarde, principal órgão da imprensa escrita baiana; limitação, pela Rede Globo, do uso político da sua repetidora na Bahia, propriedade da família Magalhães, e perda de controle sobre o TRE e a cúpula judiciária do Estado, que se precipitaria sobre o cenário eleitoral de 2002 (Dantas Neto, 2006, p.239). Em especial, sobre o confronto com o movimento estudantil, Costa e Aguiar (2010) descrevem a primeira invasão realizada pela polícia militar estadual, sofrida pela Faculdade de Direito da UFBA (FDUFBA) após a retomada democrática posterior à ditadura a que (sobre)vivera o país. Esta ocorreu em repressão ao movimento político formado por opositores ao Carlismo, maioria estudantes, que se concentrara no bairro do Campo Grande, Vale do Canela, para realizar uma grande passeata com saída prevista da Reitoria da UFBA rumo à Graça que abriga FDUFBA e o prédio onde morava ACM.

Acessado em 07/05/2022. ISTOÉ, Coluna Brasil, Edição nº 1639 de 28/02/2001. Disponível em: https://istoe.com.br/39868_ABAIXO+DA+CINTURA/. Acessado em 07/05/2022. Meireles, Andrei; Pedrosa, Mino. Enforcado – No escândalo da violação do painel eletrônico, ISTOÉ, Coluna Brasil, Edição nº 1647 de 21/04/2001. Disponível em: https://istoe.com.br/36743_ENFORCADO/. Acessado em 07/05/2022. Grampo que vem da Bahia? Disponível em: https://istoe.com.br/17019_GRAMPO+QUE+VEM+DA+BAHIA+/. Acessado em 07/05/2022. ISTOÉ, Coluna Brasil, Edição nº 1969 de 25 jul. 2007. Disponível em: https://istoe.com.br/430_O+ULTIMO+CORONEL/. Acesso em 07 maio 2022.

¹⁶ Fonte: Agência Senado. Suplente de ACM é seu filho Antônio Carlos Júnior. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2007/07/20/suplente-de-acm-e-seu-filho-antonio-carlos-junior>. Acesso em 07 jan. 2020.



Para os autores, o 16/05/2001 significara a reiteração de muitas movimentações políticas contra ACM na capital, como o realizado em 10/05/2001 – e no interior do Estado Baiano, que também vinham sofrendo a repressão da polícia, mas nenhuma agregou tantas pessoas. O objetivo fora pressionar politicamente o Senado Federal para instaurar a “CPI da Corrupção” no sentido de promover a cassação do mandato do Senador ACM e dos Senadores Jader Barbalho e José Roberto Arruda, após o escândalo da violação do painel eletrônico. Bradava-se contra o esquema ilícito articulado por Regina Célia Peres Borges – diretora do Prodasen (Setor de Processamento de Dados do Senado Federal) – José Roberto Arruda (líder do governo no Senado à época), e pelo então presidente da casa – o Senador ACM -, para tomar conhecimento dos votos secretos de cada parlamentar no processo de cassação do Senador Luiz Estevão. O cenário narrado em diversas entrevistas que realizamos com participantes do Maio Baiano¹⁷ (2001), era de guerra, de truculência e violência contra um ato de manifestação democrático sufocado pela polícia de César Borges, membro do grupo carlista. Mesmo a vitória ao governo do Estado em 2002¹⁸ não impediu a diminuição do poder carlista que sofre árdua derrota em Salvador e nas maiores cidades baianas. Deve-se também considerar o aumento da oposição de esquerda em todo o Estado. O carlismo foi reduzido ao PFL, PTB, PL e PP fisiologicamente acoplado ao PFL tornando-o “grande”, que foram se desligando do grupo. Paulo Souto em sua gestão de 2002 a 2006 deixou a marca de continuidade das gestões passadas, com perfil gerencial e a orientação para o mercado.

Entra em declínio o poder pessoal de ACM motivando alteração no padrão de comando do grupo carlista, que não mais se baseava no poder unipessoal de ACM, em

¹⁷ Retratado zelosamente pelas lentes de COSTA, Wandaick. **ESTA BAHIA NUNCA MAIS**. Salvador: Multimídia LTDA, 2011.

¹⁸ ACM é eleito senador em 2002 pelo povo baiano como proferido em seu longo discurso de renúncia: “Este será, sim, um momento histórico, mas não escrito com sangue que pensaram arrancar de mim. Estará, mais uma vez, pela soberania do povo baiano que, em breve, dará a resposta a esses poucos que tentaram cassar-lhes a vontade manifestada soberanamente nas urnas” (Silva, 2006, p. 50).



razão da perda de força aglutinadora em relação aos partidos e do crescimento da oposição de esquerda (Pereira, 2017, p.14). As eleições de 1998 consolidam o Partido dos Trabalhadores – PT, como partido protagonista da oposição ao carlismo, em que pese o resultado eleitoral fosse favorável ao grupo carlista, a leitura da oposição é que as fissuras acentuadas em 2001, face à violação do painel eletrônico do Senado, levou à renúncia ACM, e indicava que a sua hegemonia estava ruindo em um processo lento e gradual.

O movimento ocorrido nas jornadas de maio¹⁹ daquele ano reforça na Bahia, e no cenário nacional, um desgaste político e eleitoral de ACM. O fator nacional, com a eleição de Lula, as estratégias eleitorais e clivagens em solo baiano levam a nomeação de Jacques Wagner para o Ministério do Trabalho, Waldir Pires para a Controladoria Geral da União (CGU) e Gilberto Gil para o Ministério da Cultura trazendo a baianidade para o seio do governo petista. É nesse cenário de crise e declínio do poder político do grupo carlista que surge Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto – ACM Neto, como importante ator político da Bahia.

A POLÍTICA COMO NEGÓCIO DE FAMÍLIA NA BAHIA

Os *scripts* envolvem as primeiras décadas de vida pública de ACM, com a intenção de apreender seus *habitus*, ou aquilo que virá a caracterizar sua trajetória no cenário político marcado por duras disputas. Ao largo dos embates e das conquistas na política, nos deparamos com uma grande teia familiar de relações, seja no Executivo, Legislativo ou Judiciário ao longo de seus mais de 50 anos de vida pública. Reafirma-se, Oliveira (2012): Família ainda importa. A primeira geração que antecede

¹⁹ Na pesquisa de doutorado foram realizadas doze entrevistas às pessoas que participaram dos movimentos de resistência na Bahia e no Paraná. É a partir das narrativas de vida (Bertaux, 2020) destes entrevistados que participaram diretamente em Curitiba 29 de abril de 2015, “Massacre do centro Cívico”, e, em Salvador do 16 de maio de 2001, “Maio Baiano” que realizamos a análise ora apresentada.

ACM é de seu avô *José Maria Peixoto de Magalhães* (22/08/1855), imigrante português da Freguesia de Medelo da cidade de Fafe e sua avó Maria Isabel de Moura Guerra.

Sua segunda geração é composta por *Francisco Peixoto de Magalhães Neto* (27/06/1897 – 31/03/1969) e *Helena Celestina de Magalhães* (1ª esposa) – mãe de ACM e Ângelo Magalhães, e, *Elide Mendes da Silva* (2ª esposa) – madrasta de ACM e de seu irmão *Ângelo Magalhães*. Com sua segunda esposa (Elide Mendes), o pai de ACM, teve seus irmãos *Eduardo Jorge Magalhães*, que foi Desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia, nomeado em 1995, e, o médico *José Maria de Magalhães Neto*, professor emérito da Escola Baiana de Medicina, e foi Secretário Estadual da Saúde por três mandatos no Estado da Bahia.

Seu pai, médico, professor universitário e político - Deputado Federal por três legislaturas, foi Constituinte da nova Carta da República de 1934. Elegeu-se Deputado Federal (1934), exercendo o mandato até novembro de 1937, quando o advento do Estado Novo suprimiu todos os órgãos Legislativos do país. A partir de então não retornou às atividades parlamentares. *Magalhães Neto* foi ainda catedrático de higiene na Faculdade de Medicina e de biologia educacional na Faculdade de Filosofia da Bahia. Também jornalista, colaborou no *Jornal de Notícias* e no *Diário Popular*, ambos de Salvador. Foi, vice-presidente da Sociedade de Medicina da Bahia e da Sociedade Médica São Lucas, membro da Sociedade Médica dos Hospitais, da Sociedade de Criminologia, Psiquiatria e Medicina Legal, da Sociedade de Pediatria da Bahia, da Sociedade Brasileira de Neurologia e Psiquiatria e membro correspondente da Liga Brasileira de Higiene Mental. Integrou a Academia de Letras da Bahia, a Comissão de História do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, do qual foi presidente, e a Associação Baiana de Educação.

Antônio Carlos Peixoto de Magalhães (ACM) casado com *Arlette Maron de Magalhães*, faz parte da terceira geração familiar desde que seu avô chegou ao Brasil como imigrante. De família Maron foi uma das primeiras famílias libanesas a se estabelecer



no sul da Bahia, mais precisamente na cidade de Itabuna, onde fizeram fortuna na economia cacaueteira no início do século XX. Casou em 1952 com ACM, um jovem médico de Salvador, o casal teve quatro filhos.

Tem o irmão, empresário e político *Ângelo Mário Peixoto de Magalhães*, formado em Relações Públicas na Escola de Administração da Bahia (1972), e, em Administração (1973), ambos na UFBA. Funcionário público, exerceu suas atividades profissionais como tesoureiro-auxiliar dos Correios e Telégrafos e da Alfândega; Chefe de pessoal do Hospital das Clínicas de Salvador; Diretor do Banco do Desenvolvimento do Estado da Bahia, 1975-1978. Foi também, político: Deputado Estadual - 1967 a 1971 - ARENA; 1971 a 1975 - ARENA. Na Câmara Federal exerceu os seguintes mandatos: Deputado Federal - 1979-1983 - ARENA; 1983-1987 - PDS; Constituinte - 1987-1991 - PFL; 1991-1995 - PFL.

Seu filho, *Paulo Sérgio Paranhos de Magalhães* (28/11/1952), faz parte da quarta geração de parentesco de ACM. Teve atividades profissionais e cargos públicos: Diretor da Construtora Adolpho Lindenberg (Salvador, BA); Diretor-Presidente da Rádio Clube (Salvador, BA); e, Presidente do Esporte Clube Vitória. Foi também, um político exercendo suas atividades parlamentares: Deputado Estadual BA, 1991 a 1995 - PFL; 1995 a 1999 - PFL. Na Câmara Federal foi Deputado Federal - 1999-2003 - PFL; 2003-2007 - PFL; 2007-2011- PFL; 2011-2015; 2015-2019 - PSD; 2019-2023 - PSD. Atualmente, exerce mandato de Deputado Federal 2023-2027 - PSD.

Por sua vez, o Deputado Federal Paulo Sérgio (4ª geração), filho de Ângelo Magalhães (3ª geração), tem como filho *Paulo Sérgio Paranhos Magalhães Júnior*, que nasceu no dia 9/12/1974, em Salvador. É formado em administração de empresas, e, em 2020 foi eleito para a 19ª Legislatura (2021-2024) da Câmara Municipal de Salvador-BA, pelo DEM. Antes de entrar para a política, trabalhou na Fundação José Silveira, onde coordenou projetos sociais. Paulo Magalhães Júnior se inspirou no ex-deputado Luís Eduardo Magalhães e no ex-Senador ACM para começar bem cedo na atividade



partidária, sendo um dos fundadores do extinto PFL Jovem. Se elegeu vereador em 2000, pelo PFL, a época, Democratas (DEM), hoje lidera a bancada governista da Casa.

A quarta geração familiar de ACM, é composta pelos seus filhos *Luís Eduardo Maron de Magalhães*, *Antônio Carlos Magalhães Júnior*, *Ana Lúcia Maron de Magalhães* e *Tereza Helena Magalhães Mata Pires*. Como o pai, ambos os filhos Luís Eduardo e Antônio Carlos Júnior seguiram a carreira política.

Seu filho, *Luís Eduardo*, iniciou na carreira política aos 18 anos como oficial-de-gabinete do pai, ACM, mantendo-se na função entre os anos de 1973 e 1975. Neste último ano, além de ingressar na Faculdade de Direito da UFBA, tornou-se chefe de gabinete do primeiro-secretário da Assembleia Legislativa da Bahia, função que só deixou em 1979, depois de eleito na legenda da ARENA, para seu primeiro mandato de Deputado Estadual. Em 1979 foi membro da Comissão Especial da Seca e liderança da ARENA estadual. Com o fim do bipartidarismo (1979), ingressou no Partido Democrático Social (PDS) (continuidade da ARENA). Em 1981 bacharelou-se em direito. Em novembro de 1986 no PFL, do qual fora um dos fundadores no ano anterior, Luís Eduardo elegeu-se Deputado Federal Constituinte, mandato iniciado em 1/02/1987 junto aos trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte, foi um dos fundadores do Centrão, bloco suprapartidário de parlamentares de orientação conservadora.

Nas eleições presidenciais de 1989, apoiou Fernando Collor (PRN), vitorioso no segundo turno do candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva. Reeleito Deputado Federal na legenda do PFL em 1990, como candidato mais votado no Estado da Bahia, opôs-se ao movimento pelo impeachment do presidente Fernando Collor, votando contra a abertura do processo de impeachment do presidente na Câmara. Em maio de 1994, Luís Eduardo empenhou-se na aliança do PFL com o PSDB em favor da candidatura de FHC à presidência da República, sendo convidado para vice de sua chapa por FHC, declinou do convite. Eleito Deputado Federal mais votado da Bahia



no pleito de outubro de 1994, Luís Eduardo, contando com o apoio do chefe do governo, foi escolhido para a presidência da Câmara em fevereiro de 1995, ao disputar a vaga com o deputado José Genoíno (PT-SP). Isso, em meio a uma votação na Câmara que denuncia patrocínio pela empreiteira OAS, empresa associada a sete das dez estatais com sócios privados no país, através de sua subsidiária Gaspart. A emenda, apresentada pelo deputado Hélio Rosas (PMDB-SP), propunha a transferência do monopólio da União para as empresas públicas do setor nos estados e a manutenção dos contratos dessas empresas com seus parceiros privados, alguns com 30 anos de duração. O fato deixou perplexos os parlamentares que aprovaram a emenda em grande maioria no primeiro turno. Parte deles, se confessou incapaz de manter seu voto em favor de uma empreiteira caracterizada por participar de irregularidades apuradas pela CPI do ex-presidente Collor. O caso deixou Luís Eduardo em situação constrangedora, por ser cunhado de César Mata Pires, um dos donos da OAS²⁰. Em dezembro de 1995, Luís Eduardo teve o nome incluído entre os políticos beneficiados em suas campanhas eleitorais por financiamentos do Banco Econômico. O fato veio a público com a descoberta de uma pasta cor-de-rosa pela equipe do BC que intervinha no Banco Econômico, na Bahia. Os documentos encontrados na pasta deixaram evidente que entre os 26 candidatos apoiados pelo Econômico na campanha de 1990, com um total de 2,5 milhões de dólares, o mais favorecido fora ACM, então eleito governador da Bahia pelo PFL, que recebera 1,1 milhão de dólares ou cerca de 45% do total investido pelo banco naquelas eleições. Em 1994, o Econômico participou com 2,2 milhões de reais, ao contribuir com 921 mil reais para a campanha de Paulo Souto (PFL) ao governo da Bahia, com 150 mil reais para a de Mário Covas (PSDB) ao governo de São Paulo, com 148,7 mil reais para a de FHC à presidência e, dentre outros,

²⁰ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Artur Guimarães de Araújo Jorge. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <http://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionários/verbete-biografico/luis-eduardo-maron-de-magalhaes>. Acesso em 10 ago. 2022.



com 80 mil reais para a campanha de ACM ao Senado e o mesmo valor para a de Luís Eduardo à Câmara. Tornou-se público na época que os maiores financiadores de campanhas eleitorais no país eram os empreiteiros e os banqueiros, que haviam investido 25 milhões de reais e 13 milhões de reais nas eleições de 1994.

Na manhã de 21/04/1998, sentiu-se mal, dirigindo-se ao Serviço Médico da Câmara. De lá, foi removido para a UTI do Hospital Santa Lúcia, vítima de um enfarte do miocárdio, agravado por ser hipertenso e fumante, falecendo às 20 horas do mesmo dia. *Luís Eduardo Magalhães* foi casado com Michelle Marie Pimentel Magalhães, com quem teve três filhos. O que a oposição não conseguiu fazer, o destino selou: a morte de Luís Eduardo desorientou e trincou o carlismo que começou a erodir. Ganhando inimigos em todos os cantos, ACM foi perdendo a mágica que o fazia peculiar. É a partir da morte de Luís Eduardo que temos a fundação de um carlismo pós-carlista, no qual o elemento nacional se mostra mais poroso, conduzindo a estratégias defensivas para manter a coesão do poder local, Dantas Neto (2006).

Seus filhos compõem a quinta geração: *Paula Pimentel Maron de Magalhães* – cônjuge Arnaldo Gusmão empresário dono da construtora AXXO, responsável por várias obras vinculadas à Prefeitura de Salvador, desde o governo do Prefeito ACM Neto, primo de Paula Magalhães, filha de Luís Eduardo e esposa de Arnaldo Gusmão dono da AXXO Construtora; *Carolina Pimentel Maron de Magalhães* - cônjuge Raphael de Oliveira Sampaio Guinle, herdeiro de Otávio Guinle, dono do Copacabana Palace, símbolo do glamour carioca, e considerado um ícone da arquitetura do Rio de Janeiro era, na época de sua inauguração, o maior hotel da América Latina e representava a modernidade da cidade; e, *Luís Eduardo Maron de Magalhães Filho* – cônjuge Vanessa Salles de Magalhães.

Da quarta geração de parentesco de ACM, seu filho *Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Júnior*, administrador de empresas, empresário e professor da UFBA, denominado ACM Júnior. Foi Senador da República exercendo dois mandatos, em



2001, assumiu o mandato de Senador, substituindo o Senador Antônio Carlos Magalhães, e, em 2007, com o falecimento de ACM, voltou ao Senado, desta feita para cumprir o mandato até 2011, pois, era seu suplente. É acionista e membro do Conselho de Administração da Rede Bahia. Tem como cônjuge a psicóloga Maria do Rosário Vianna de Magalhães. Seus filhos, *Renata de Magalhães Correia* e *ACM Neto*, representam a quinta geração de parentesco de ACM. Sendo Renata de Magalhães – cônjuge Gabriel Correia; e, ACM Neto, que foi Deputado Federal de 2003 a 2013, e, ex-prefeito de Salvador (2013-2021). Derrotado nas eleições de 2022 para Governo do Estado, para o professor Jerônimo Rodrigues do PT, declarou voto pessoal em Bolsonaro no segundo turno das eleições de 2018²¹, e neutralidade nas eleições presidenciais de 2022²². É Vice-Presidente nacional do Partido UNIÃO BRASIL, encontra-se sem mandato e provável nome para a disputa ao governo da Bahia em 2026.

Ainda, quarta geração, *Tereza Helena de Magalhães Mata Pires* – cônjuge César Mata Pires, fundador da empreiteira OAS. Em 2017, morreu de infarto fulminante. Em 2014, o grupo OAS passou a ser investigado pela Operação Lava Jato; antes de falecer, Mata Pires negociava acordo de delação premiada. Seus três filhos compõem a quinta geração de parentesco de ACM. *Antônio Carlos Mata Pires* - cônjuge Ana Andrade filha do empresário J. Hawilla, foi preso e confessou esquemas de pagamento de propina aos cartolas da FIFA; *Fernanda Mata Pires Morari* – cônjuge Leonardo Morari; e, *César Mata Pires Filho* – cônjuge Manuela Paes de Andrade Lopes de Oliveira Mata Pires, viúva, pela morte precoce de César filho aos 40 anos de idade, após infarto como seu pai, no decorrer de seu depoimento na Operação Lava Jato em Curitiba. Manuela é de

²¹ ACM Neto apoia Jair Bolsonaro nas eleições de 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/10/10/acm-neto-declara-apoio-pessoal-a-jair-bolsonaro-nas-eleicoes-2018.htm> Acesso em 07 ago. 2022.

²² ACM Neto assume neutralidade em relação as eleições de 2022 e é nome cogitado para o governo do estado da Bahia em 2026. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/de-olho-em-2026-acm-neto-defende-que-o-uniao-brasil-deixe-o-governo-lula/>. Acesso em 27 maio 2025.



família tradicional, filha do Senador cearense Eunício Oliveira, e neta do ex-Deputado e Embaixador brasileiro em Portugal Antônio Paes de Andrade.

O Presidente do Congresso – ACM, havia proposto uma CPI para investigar corrupção e nepotismo na Justiça. Ocasão em que a reportagem de Mônica Bergamo²³, torna pública que o político possuía onze parentes ocupando cargos no governo do Estado da Bahia, na Prefeitura de Salvador e no Judiciário. O nepotismo, uma das principais críticas era uma das suas principais práticas. No Judiciário: o irmão *Eduardo Jorge Magalhães* nomeado em 1995 Desembargador no TJ; a neta Rafaela contratada sem concurso para a assessoria de imprensa do TJ; e, *Antônio Maron Agle*, juiz do TRT-BA, de 1991-1994 foi Secretário da Justiça de ACM, se aposentara na época da reportagem. O filho *Antônio Carlos Magalhães Junior*, presidente da Rede Bahia de Comunicação, fora seu suplente por duas vezes no Senado em 2001 e em 2007. A filha *Tereza Helena Mata Pires* coordenou o SAC - Serviço de Atendimento ao Cidadão, por vários anos.

Quatro irmãos de ACM possuíam cargos públicos: *José Maria de Magalhães Júnior* Secretário de Saúde por três mandatos; *Ângelo Magalhães* fora diretor financeiro do Desembanco, banco oficial do Estado; a bióloga *Helena Magalhães* fora assessora especial da Secretaria Estadual da Educação e *Jayme Magalhães* fora chefe do gabinete do prefeito de Salvador, Antônio Imbassahy, afilhado de ACM. Até sua discreta esposa *Arlette Maron Magalhães* fora diretora do Museu do Palácio da Aclamação, antiga residência oficial dos governadores. Parece ironia, mas foi realidade!

A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE CARLOS ALBERTO RICHA

O estudo das relações entre as famílias e o Estado é representado pelo fenômeno do nepotismo. Ou seja, para Bellow, “Parentesco mais Estado é igual a nepotismo”

²³ ACM tem 11 parentes em cargos públicos. Agência Folha, Salvador. In: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc08049909.htm>



(1996, p. 39, apud Oliveira, 2012, p. 14). O autor caracteriza este fenômeno, ao mesmo tempo como sintoma e causa de instituições fracas, e um dos fatores responsáveis pelo aumento da cúpula e concentração do poder. O nepotismo marcou o grupo político de Ney Braga, abraçado pelo Regime Militar que “renovou mais pela direita a elite política paranaense do que 30 anos de redemocratização” (Oliveira, 2012, p. 15). Prova o discurso do Senador Leite Chaves (1982 apud Oliveira, 2012, p. 12-13), narrando a existência no Paraná de uma Transportadora Geral de Valores, uma “firma”, “empresa” constituída por Paulo Braga, irmão do Ney Braga e por Napoleão Braga Cortes, primo de Ney Braga, que se encarregava de fazer o transporte do dinheiro para repartições públicas estatais como: Sanepar, Copel que tinha como diretor de compras ninguém menos que Caetano Rocha Braga, filho de Ney Braga, Banestado, Coesa – empresa que vendia máquinas para Copel e DER e possuía como diretor: Antônio Lacerda Braga Neto, filho de Ney Braga. Ao todo, o rol de 19 familiares.

Ney Braga foi Chefe de Polícia, Prefeito de Curitiba, Deputado Federal, Governador do Paraná e Ministro da Agricultura e Educação, produto social de velhas famílias tradicionais na política paranaense desde o período colonial. Representava a modernização conservadora das elites tradicionais paranaenses como Paulo Pimentel, Affonso Camargo, Jayme Canet Jr, Saul Raiz, Jaime Lerner e José Richa. Este último sua renovação que passou a oposição (MDB) do neyismo para garantir sua eleição.

Antes de falecer *José Richa* deixou seu filho *Carlos Alberto Richa* como nome forte da política paranaense (Oliveira, 2007). José Richa, de família de origem libanesa, é marcada por sua formação no Colégio Cristo Rei em Jacarezinho; Colégio Estadual do Paraná em Curitiba/Pr, e em odontologia pela UFPR. Exerceu atividades de jornalismo em Curitiba: repórter no jornal Diário do Paraná – 1956-1957; Redator-noticiarista na Rádio Colombo; dirigente da União Paranaense dos Estudantes em 1957-1958 e secretário desta 1956-1957. Apoiou e trabalhou com Ney Braga nos novos municípios do Norte e Noroeste do Paraná; Oficial de Gabinete do governador do Paraná Ney

Braga (1961-1962); Chefe de Gabinete do Secretário do Interior e Justiça em 1962; Representante da firma de engenharia Nativa Construções Elétricas S.A.; Diretor Superintendente da Planorte – Assessoria e Planejamento e sócio-gerente da Planorte – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Deputado Federal, 1963-1967 pelo PR e no PDC (02/02/1963); Deputado Federal, 1967-1971, pelo PR e no MDB (02/02/1967); Prefeito de 1973-1977 de Londrina/PR; Senador de 1979-1983 pelo PR; Governador de 1983-1987 pelo PR; Senador (Constituinte) 1987-1995 pelo PR (Oliveira, 2012).

Oliveira (2012, p. 151) destaca que *Beto Richa* representa o “novo nepotismo paranaense inaugurado a partir das eleições de 1982 quando houve uma abertura de possibilidade para que novas famílias políticas se formassem e ocupassem o poder político no Paraná”. Em 1994 eleito Deputado Estadual (PDT); 1998 reeleito Deputado Estadual; 2000 eleito Vice-Prefeito de Curitiba, retornando em 2001 (PSDB); de janeiro a outubro de 2001 foi Secretário de Obras Públicas de Curitiba; 2002 concorreu ao Governo do Estado do Paraná pelo PSDB, obtendo o 3º lugar; 2003 eleito presidente do PSDB/PR; 2004 eleito Prefeito de Curitiba e reeleito em 2008 com 77,27% dos votos.

Em 03/10/2010 Beto Richa (PSDB) foi eleito governador, em primeiro turno, com 52,43% dos votos válidos (TSE), derrotando Osmar Dias, Senador pelo Paraná, que já havia sido presidente da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Estado do Paraná, entre 1983/1986 durante o governo de seu pai. Na ocasião, por integrar a coligação PT/PMDB o presidente Luiz Inácio Lula esteve no Estado e subiu no palanque de Osmar Dias²⁴. Se reelegeu em 05/10/2014 no primeiro turno com 55,67% dos votos válidos derrotando o Senador/ex-governador Roberto Requião de Mello e Silva (PMDB) e a Senadora ex-ministra da Casa Civil Gleisi Hoffmann (PT).

A disputa entre os representantes das famílias Requião e Richa, duas entre as 60 famílias políticas²⁵ que se alternaram no poder no Paraná, tem início com a suspensão

²⁴Para maiores detalhes, ver matéria disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/beto-richa-e-eleito-governador-do-parana.html>.

²⁵ Segundo Oliveira (2012, p. 17).



da aposentadoria vitalícia²⁶ a que todos os ex-governadores tinham direito e fora suspenso pela Procuradoria Geral do Estado. Requião contesta a decisão na justiça e, em plena campanha eleitoral Beto Richa teve que desembolsar R\$453 mil reais para o peemedebista. “Fogo amigo” entre peemedebistas, peessedebistas, petistas a parte, marcaram o pleito de 2014 e muitos outros até seu declínio político, em 2018, marcado por escândalos de fraudes em licitações de obras públicas, foi preso a um mês das eleições. Entre os investigados, além de Beto Richa, constavam familiares e secretários do ex-governador. Pelas investigações que prosseguiram, tanto em decorrência das várias fases da Lava Jato, quanto das denúncias oferecidas pelo Ministério Público Estadual em 2019 Beto Richa voltou a ser réu por corrupção, lavagem de dinheiro, organização criminosa e fraude em licitação, e veio a ser preso mais de uma vez²⁷. A sua condução no “Massacre do Centro Cívico” em 2015, e as denúncias a partir de 2018 abalaram seu desempenho político ameaçando sua imagem.

Beto Richa se casou com *Fernanda Vieira*, da família Andrade Vieira do Banco Bamerindus, com quem teve três filhos: *Adriano Richa*, *Rodrigo Richa* e *Marcello Richa*. A genealogia de Fernanda Vieira Richa vem desde famílias latifundiárias, como a família Junqueira²⁸ e do Barão de Lavras, antiga família de “fazendeiros e latifundiários em

²⁶ Ver mais detalhes: <https://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/05/beto-richa-psdb-derrota-requião-pmdb-e-se-reelege-governador-do-pr.htm>. Acesso em: 20/04/2018.

²⁷ Beto Richa responde a oito ações criminais e sua esposa é alvo de três ações judiciais. Ver detalhes: <https://tribunapr.uol.com.br/noticias/curitiba-regiao/beto-richa-ainda-responde-a-oito-acoes-criminais-veja-em-que-pe-estao-os-processos/> e <https://cbncuritiba.com/beto-richa-vira-reu-pela-7a-vez-em-processos-judiciais>. Acesso em: 28 abr. 2020.

²⁸ “O Patriarca de nossa família, João Francisco Junqueira, casou-se, em 1758, com Elena Maria, neta de uma das irmãs Ilhoas. Após o casamento, localizaram-se no Sul de Minas, na Freguesia de Carrancas. Ali, ele requereu a Sesmaria do Campo Alegre, berço de nossa família. O Patriarca teve uma longa vida, faleceu aos 91 anos, em 5 de abril de 1819. Tiveram 6 filhos que chegaram à maioridade, os quais, por sua vez, deixaram enorme descendência. Pôde ver o enriquecimento de seus filhos graças à agricultura e ao comércio com a capital. Nessa época, final do século XVIII e começo do século XIX, há florescimento do café no Vale da Paraíba, alguns membros da família Junqueira entre os muitos que contribuíram para esse desenvolvimento. Em vida, o Patriarca assistiu à partida de seus netos, que passaram, juntamente com outros tantos desbravadores, a povoar as planícies do noroeste paulista, desde São Simão-SP até Uberaba-MG. A partir deste núcleo central, a Família Junqueira foi tomando parte importante na história da colonização do Sul de Minas, Centro-Oeste do Brasil, etc”, Oliveira (2016, p. 29-30).

MG e em SP desde o período colonial” (Oliveira, 2007, p.155). Bacharel em Direito, filha de Thomaz Edison Andrade Vieira, é neta de Avelino Antônio Vieira e Maria José Andrade, uma família imigrante, alçando o poder contrai matrimônios com velhas famílias estabelecidas do *status quo* (Oliveira, 2012). Foi primeira-dama do município de Curitiba e Secretária de Estado.

O Banco Bamerindus foi obra de *Avelino Antônio Vieira*, de Tomazina, Norte Pioneiro do PR, em 3/11/1905. Filho de imigrante libanês, Miguel Antoun e de Cecília Bernardina da Silva. Comerciante, participou da fundação de uma empresa bancária em 1929 que deu origem ao Banco Bamerindus. Foi Prefeito de Tomazina e Deputado Estadual (1947-1950) pelo PSD. Casou com *Maria José Andrade*, filha de *Joaquim Martins Andrade* e de *Maria Vilhena*. Joaquim Martins Andrade era filho de *Manoel Eustáquio Martins Andrade*, tradicional família política de MG. Sua esposa *Clara Xavier Araújo*, era neta do Barão de Lavras, tradicional e antiga rede de poder brasileira que se abriu com o casamento de Avelino Antônio Vieira (Oliveira, 2012).

O pai de Fernanda, *Thomaz Edison Andrade Vieira*, filho de Avelino Antônio Vieira nasceu em 18/10/1931 em Tomazina/Pr, foi banqueiro, diretor presidente do conglomerado Bamerindus e faleceu junto com seu irmão Claudio Enoch Andrade Vieira²⁹ em um acidente aéreo no ano de 1981. Com a morte do pai de Fernanda, seu tio *José Eduardo Vieira*, nascido em Tomazina em 1938, assume a presidência do Banco Bamerindus, foi vinculado ao jornal Folha de Londrina como Diretor-superintendente. Foi senador de 1991-1999, Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo de 19/10/1992 a 23/12/1993, quase ao mesmo período Ministro da Agricultura Abastecimento e Reforma Agrária de 01/09/1993 a 13/10/1993, Ministro da Agricultura de 01/01/1995 a 02/05/1996 (Oliveira, 2012). Nos anos 1990 no início do mandato sua fortuna estava avaliada em cerca de 200 milhões de dólares e controlava o terceiro

²⁹ Disponível em: <http://www.oexplorador.com.br/tomaz-edison-de-andrade-vieira-presidente-do-banco-bamerindus-grande-orgulho-da-iniciativa-privada/>. Acessado em 02 fev. 2022.

maior banco privado do Brasil, que em 1997 sofre intervenção do Banco Central e é vendido ao inglês HSBC. Tal “socorro” foi objeto de especulação³⁰ sobre a relação do ex-Presidente FHC, do qual José Eduardo Vieira foi Ministro, para que o seu Banco Bamerindus viesse a ser socorrido pelo PROER. Dos mais de 180 bancos, apenas 6, entre eles o Bamerindus, tiveram acesso ao programa de FHC. Muitos advogam a defesa do estado mínimo para elaboração de políticas públicas para a saúde, educação, etc, para a área social, venceu a defesa do capital via Proer que despejou R\$ 71 bilhões (em valores corrigidos) em grandes bancos. Evitar uma quebra geral e o consequente colapso do sistema financeiro nacional fora a justificativa. Hoje, passados mais de 20 anos, desde o fim dos repasses, algumas instituições ainda devem R\$ 28 bilhões aos cofres públicos em razão do Proer³¹.

Oliveira (2012) aponta que *José Eduardo Andrade Vieira* era um dos principais arrecadadores de FHC e do PSDB no Paraná, tendo acusado o desvio de um caixa dois de cem milhões para o exterior. Fato também colaborado com seu próprio depoimento

³⁰ A CPI do Proer, investigou a injeção de recursos públicos no programa de reestruturação do sistema financeiro – Proer, presidida pelo deputado Gustavo Fruet (PMDB). Em síntese, o relatório final apresenta como correta a decisão do governo FHC criar o Proer, reconheceu que o Proer terá um custo final para a sociedade, prejuízos poderiam ser bem maiores caso uma crise bancária ocorresse. O relator acatou algumas emendas incorporadas ao relatório, como: a que recomenda ao Banco Central cobrar a prestação de contas dos R\$840 milhões que foram emprestados ao HSBC no processo de aquisição do Bamerindus, para fazer frente às despesas trabalhistas e fiscais; a sugestão para que o Banco Central proceda em favor dos acionistas minoritários nas liquidações em curso; recomendou ao Banco Central indicar a assunção pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC) dos créditos remanescentes e que os 52 mil acionistas minoritários do Bamerindus tivessem prioridade no recebimento de suas poupanças. Em depoimento a subcomissão do Senado Federal, José Eduardo Vieira afirmou que houve caixa 2 na campanha eleitoral de FHC, então candidato do PSDB, à Presidência da República, em 1994, nada foi aprofundado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/1999/06/02/cpi-investigara-proer-a-partir-da-semana-que-vem>, <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/51-legislatura/cpiproer/51-legislatura/cpiproer/relatoriofinal/cap3bamerindus> https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/455450/complemento_2.htm?sequence=3&isAlloWed=y. Acessado em 02 fev. 2023.

³¹ Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/bancos-divida-proer/>. Acessado em: 02 fev. 2022.

à CPI do Proer da existência de caixa dois na campanha eleitoral de FHC, então candidato do PSDB, à Presidência da República em 1994.

*Maria Christina de Andrade Vieira*³², tia de Fernanda Richa, graduou-se em Filosofia e especialização em Antropologia Social, Marketing e História da Arte, atuou como professora de Filosofia na PUC/PR. Foi presidenta da Associação Comercial do Paraná (primeira mulher no cargo), o conselheira da Federação das Associações Comerciais Industriais e Agrícolas do Paraná (FACIAP), e, no Conselho de Políticas Culturais do Ministério da Cultura na gestão de FHC, diretora no Banco Bamerindus e presidenta da Fundação Cultural de Curitiba em 2011 a convite do Prefeito Luciano Ducci. Empresária, escritora e historiadora, idealizou o Natal no Palácio Avenida, espetáculo que acontece todos os finais de ano no edifício de mesmo nome. Recebeu inúmeros prêmios e honrarias, como o diploma de Grã e o título de mestre da Ordem Rio Branco, concedido pela Presidência da República. E, se afastou para tratamento de saúde em 30/05/2011, dias antes de falecer em 02/06/2011.

José Richa Filho, conforme Oliveira (2012) foi Secretário de Administração da Prefeitura de Curitiba, antes foi diretor-financeiro do Departamento de Estradas de Rodagem do Governo do Paraná na gestão Jaime Lerner e ocupou cargos na Agência de Fomento, no Governo Requião em 2003. Seu irmão *Adriano Richa* é Titular do Ofício de Registro de Imóveis Cartório em Campina Grande do Sul³³.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

³² Informações retiradas do Centro de Documentação de Literatura de Autoria Feminina Paranaense da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Disponível em: <http://sites.uem.br/cedoc-lafep/indice-de-escritoras/letra-m/maria-christina-de-andrade-vieira>; e <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/morre-aos-60-anos-maria-christina-de-andrade-vieira-42dqsc3ecr0jetdmt16w8z7y/>>.

Acessado em: 02 fev. 2023.

³³ Serviço de Registro de Imóvel atua desde 29/06/1995 sendo titular empossado por Concurso Público desde 16/04/2002 Adriano Richa com seu ingresso dia 16/07/2018 e seu substituto Luciana Levandoski Richa. Conforme, <https://cartorio.net.br/servico-de-registro-de-imoveis-84251/>. Acessado em 06 de mar. 2024.

Como foi possível que estas famílias, em estados geograficamente tão distantes, reunissem e acumulassem capitais sociais e políticos familiares que as mantivessem no poder alcançando seus herdeiros no cenário atual? As estratégias políticas de ACM Neto e Beto Richa tiveram vinculação ou afastamento do capital simbólico construídos, sobretudo, a partir da década de 1980. Uma vez que este período marcou a entrada de alguns neófitos na política, como José Richa, rompendo com o núcleo duro de poder.

ACM renuncia em 2001 e retorna eleito ao Senado em 2002, o que em certa medida configura a manutenção do poder político-familiar. Certo é, que o movimento Maio Baiano (2001) contribuiu para seu desgaste e renúncia. O poder personalista perdeu em parte, já que o grupo carlista perde hegemonia em 2006. Mas, é justamente em 2002 que ACM Neto³⁴ mobiliza com força a direita baiana ao se tornar por duas vezes, o Deputado Federal mais votado da Bahia. Reorganiza a direita no Estado após a morte de ACM e mobiliza estratégias, que mantém a família Magalhães na política, na oposição ao grupo petista. Na pandemia em 2020, de modo racional em ação conjunta com o governador petista Rui Costa (PT) gerencia a crise. ACM Neto utiliza de arranjos que envolvem as estratégias utilizadas pelo avô, de cooptação de adversários políticos, recorre ao *jingle* da campanha eleitoral o “*velho ACM*” como renovado pelo “*novo ACM Neto*” a partir da frase: “Você se lembra de mim”, em alusão ao *jingle* do avô.

A estratégia de retirada da candidatura ao governo do Estado da Bahia em 2018, por não conseguir atrair o PP e o PSD para sua campanha, não o inviabiliza, ACM Neto aciona a gestão urbana do município inclusive, objeto de uma competição intergovernamental entre os poderes públicos municipal e estadual. Que, embora de coalizões político-partidárias distintas, operam dentro de lógicas semelhantes de intervenção, baseadas num amplo programa de empresariamento da gestão urbana

³⁴ Ler mais sobre estratégias de ACM Neto em: <https://www.even3.com.br/anais/12snsep/489162-a-politica-como-negocio-de-familia-arranjos-familiares-e-nepotismo-no-cenario-politico-da-bahia/>. Acessado em 22 set. 2022.

(Pereira, 2020). Mesmo o recuo estratégico realizado quando abandona o pleito estadual na eleição de 2018, não afeta a sua capacidade de reorganizar o grupo político de direita que atrai formando um grupo pós-carlista (Dantas Neto, 2007; Silva, 2021).

O governo de Beto Richa em 2015, tem uma performance política de ascenso ao profascismo, na figura de seu Secretário de Segurança Pública, Fernando Franceschini em exercício no “Massacre do dia 29 de abril”³⁵ (Silva & Zanatta, 2017). Ele representava uma agenda política da segurança pública no Congresso Nacional identificado como “Bancada do boi, da bíblia e da bala” que tem capitaneado a pauta associada a doutrinas de pensamentos neoliberais de políticas criminais punitivistas. A figura do Deputado Federal Franceschini ocupa central importância, por ser o representante paranaense na Câmara dos Deputados articulador desta agenda (Kurchaidt, 2017) e peça-chave no governo Beto Richa nesse episódio trágico.

Beto Richa foi preso junto com vários familiares e assessores diretos, a exemplo da Operação Quadro Negro ainda no ano eleitoral de 2018. Desde 1990³⁶ em ascendência política, a partir de 2014, opta por deslegitimar o movimento grevista, por haver nele um potencial mobilizador forte nos vários eventos que envolveram as reivindicações do serviço público estadual. Detentor do poder político familiar no Estado, insiste em dar continuidade aos sucessivos governos que passaram pela governadoria do Estado do Paraná, deu continuidade histórica ao antagonismo com as demandas dos profissionais da educação pública estadual. Lembremos que Álvaro Dias agiu com truculência contra a categoria em 1988, Lerner implementando o Estado

³⁵ Após a posse em 2015, Beto Richa não efetua pagamentos de servidores/as das diversas categorias e direitos de mais de 29 mil professores temporários, prevê alteração no Regime Próprio da Previdência Social dos Servidores, alegando redução da arrecadação estadual que passou de R\$16,97 bilhões em dezembro de 2010 para R\$ 426,46 bilhões em abril de 2014, rompendo com acordo firmado em 2014, realiza o tratoração que penaliza a população paranaense, entre outros ataques que foram sintetizados por Gozzi (2016) e relacionado as entrevistas apresentam uma visão do que foi o Massacre do Centro Cívico realizado pelo governo de Beto Richa.

³⁶ Ler mais sobre as principais estratégias de Beto Richa: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/conversasecontroversias/article/view/42108/27646>. Acesso em 14 set. 2022.

Mínimo enfrenta o movimento paredista, em 2001/2002, numa greve que durou, aproximadamente, 170 dias e composta por professores e técnicos administrativos da educação que reivindicavam mais de 50% de recomposição salarial, regularização dos cargos de funcionários das escolas, por verbas, autonomia universitária e democracia. Após os escândalos de corrupção tem sua popularidade afetada a ponto de não se eleger em 2018 ao Senado pelo PR, obtendo menos de 4% dos votos válidos³⁷. O filho, Marcello Richa recebeu apenas 19 mil votos para a ALEP, também não se elegeu. Em 2022, Beto Richa é eleito Deputado Federal com 64.868 votos, assumindo a vaga de Jocelito Canto³⁸ que teve candidatura indeferida. Em 2023, após o Ministro do STF, Dias Toffoli declarar a nulidade absoluta de todos os processos contra Beto Richa³⁹, vinculados à Operação Lava Jato e ao ex-juiz Sergio Moro, alcançando outras operações como Rádio Patrulha, Piloto, Integração e Quadro Negro -, todas com foco em corrupção e desvios de recursos públicos, Beto Richa se recoloca no cenário político estadual e nacional.

Pensar as diferenças entre a política como negócio de família e a política de/na rua, foi possível a partir da aproximação destes espaços pela relação permanente entre a casa e a rua. Damatta (1997) demonstrou que o ritual e o momento solene são modalidades de relacionar conjuntos separados e complementares de um mesmo sistema social. A casa, aproximada às lógicas empregadas pelas famílias políticas Magalhães e Richa, e a rua, permeada pela lógica dos movimentos sociais comprometidos com a justiça social: o maio baiano de 2001 e o Massacre do Centro

³⁷ Os escândalos de corrupção que envolveram Beto Richa resvalam seu herdeiro. Disponível em: <https://especiais-gazetadopovo-br.noticiasderoraima.com/eleicoes/2018/beto-richa-sofre-derrota-esmagadora-no-senado/>, e <https://www.opresente.com.br/parana/richa-tem-votacao-baixa-para-o-senado-e-filho-nao-se-elege-como-deputado/>. Acesso em: 06 mar. 2025.

³⁸ Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Dezembro/plenario-mantem-indeferimento-do-registro-de-candidato-a-deputado-federal-pelo-parana>. Acesso em 06 de ago. 2025.

³⁹ Toffoli arquiva processos contra Beto Richa. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/toffoli-arquiva-processos-contra-beto-richa-na-lava-jato-e-em-outras-operacoes/>. Acesso em: 06 mar. 2025.

Cívico de abril de 2015, ambos movimentos sociais abalaram a imagem e percepção sobre essas famílias-políticas que se perpetuam no poder.

REFERÊNCIAS

BERTAUX, D. *As Narrativas de Vida*. Lisboa: Editora Mundos Sociais, 2020.

COSTA, Frederico Magalhães & AGUIAR, Paulo Freire d'. **A BAHIA DEMOCRÁTICA DE DIREITO: O 16 DE MAIO E AS DIFICULDADES REGIONAIS PARA A CONCRETIZAÇÃO DE UM NOVO PARADIGMA**, 2010. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/234559377.pdf> Acesso em: 20 de ago. 2020.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a Rua – Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil**. 5ª Edição. Rio de Janeiro, 1997.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. **“Surf” nas ondas do tempo: do carlismo histórico ao carlismo pró-carlista**. Caderno do CRH nº. 39, jul/dez 2003. Salvador-Ba.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Tradição, Autocracia e Carisma: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Carlismo: passado, presente e futuro**. Publicado originalmente no site Gramsci e o Brasil: www.gramsci.org em 2007.

DIAS, José Alves. **A morte e as mortes de Antônio Carlos Magalhães: conciliações autoritárias no regime democrático**. I Seminário Internacional História do Tempo Presente. Florianópolis: UDESC; ANPUH-SC; PPGH, 2011.

DIAS, José Alves. **Rumo ao Palácio: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982)**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2016.

FARAGO, Cátia Cilene. **A política como negócio de família: arranjos familiares e nepotismo na trajetória da Família Magalhães na Bahia e na Família Richa no Paraná**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2023.

KURCHAIID, Marina Zminko. **“Nós não controlamos o vento”**: os usos políticos das polícias e a política das polícias a partir do “Massacre do dia 29 de abril”. Curitiba, 2017. Dissertação de Mestrado em Sociologia – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

MAGALHÃES, Antonio Carlos. **POLÍTICA É PAIXÃO**. Rio de Janeiro: Revan, 1995.



MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família:** para uma sociologia política das elites e do poder político. São Paulo: LiberArs, 2016.

OLIVEIRA, Ricardo C. **Na teia do nepotismo** – sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. Curitiba: Editora Insight, 2012. 271 p.

OLIVEIRA, Ricardo C. “Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007”. *Sociologias* 9, no. 18 (jun./dez): 150-169. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222007000200008>.

PEREIRA, Carla Galvão. **CONTINUIDADE OU MUDANÇA? ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS GOVERNOS DE ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES EM 1971-1975 E 1991-1995.** 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

PEREIRA, Carla Galvão. **Renovação com Estratégia de preservação:** ACM Neto e a tradição carlista. In: 41o. Encontro Anual ANPOCS, 2017, Caxambu-MG. Anais 41o. Encontro Anual ANPOCS, 2017. Acesso em 30/07/2020.

PEREIRA, Carla Galvão; ARANTES, Rafael de Aguiar. Poder Político e desenvolvimento urbano em Salvador: tendências das últimas décadas. **Geopolítica(s) Revista de estudos sobre espacio y poder**, 11(2), 2020, p. 287-312. DOI 10.5209/geop.68656. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/GEOP/article/view/68656/4564456554514>. Acesso em 20 fev. 2021.

SILVA, Carlos Alberto S. **Renúncia de Antônio Carlos Magalhães (aspectos ideológicos).** (Monografia) Centro universitário de Brasília-UNICEUB. Brasília, 2006.

SILVA, Emanuel Freitas. **Eleições municipais 2020:** cenários, disputas e resultados políticos [livro eletrônico]. Fortaleza: EDMETA, 2021.

SILVA, Salete da. ZANATTA, Shalimar Calegari. **Relato e análise política dos fatos que marcaram o 29 de abril de 2015, no Paraná.** Revista Eletrônica Arma da Crítica, nº 8 de Outubro 2017. Disponível em: <http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/15-%20relato%20e%20anlise%20politica%20dos%20fatos%20que%20marcaram.pdf>, acessado em 28 jan./2021.

ZANIRATO, Silvia Helena. **A RESTAURAÇÃO DO PELOURINHO NO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR, BAHIA, BRASIL. POTENCIALIDADES, LIMITES E DILEMAS DA CONSERVAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS. HISTÓRIA, CULTURA E CIDADE.** HAOL, Núm. 14 (Otoño, 2007), 35-47.

Recebido: 05 de junho de 2025

Aceito: 19 de julho de 2025

Publicado: 09 de agosto de 2025

